



Número: **0820830-44.2018.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **10ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **11/04/2018**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
TATIANA BARBOSA DA SILVA (AUTOR)		ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO)	
		JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13539 472	11/04/2018 14:07	Petição Inicial	Petição Inicial
13539 499	11/04/2018 14:07	TATIANA BARBOSA DA SILVA 1	Outros Documentos
13539 503	11/04/2018 14:07	TATIANA BARBOSA DA SILVA 2	Outros Documentos
13539 507	11/04/2018 14:07	TATIANA BARBOSA DA SILVA 3	Outros Documentos
13539 509	11/04/2018 14:07	TATIANA BARBOSA DA SILVA	Outros Documentos
13569 716	04/07/2018 11:43	Despacho	Despacho

anexo



19/02/2018;

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPRESSATRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170615518 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA TATIANA BARBOSA DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO TATIANA BARBOSA DA SILVA

CPF/CNPJ: 79495923204

Posição em 19-02-2018 16:40:53

Seu pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado. Volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
20/02/2018	R\$ 6.412,50	R\$ 0,00	R\$ 6.412,50

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
06/02/2018	Interrupção de Prazo	
29/12/2017	Exigência Documental	
28/12/2017	Interrupção de Prazo	
28/12/2017	Aviso de Sinistro	

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

:seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo

1/2



Assinado eletronicamente por: ALEXANDRA CESAR DUARTE - 11/04/2018 14:06:12
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18041114051551300000013221335
Número do documento: 18041114051551300000013221335

Num. 13539499 - Pág. 1

RECEITUÁRIO SIMPLES**DADOS DO EMITENTE****HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS NEVES**

MÉDICO: TATHEANE COUTO DE VASCONCELOS - CRM: Nº.9040

DADOS DO PACIENTE

NOME: TATIANA BARBOSA DA SILVA

IDADE: 32 Anos 2 Meses 11 Dias

SEXO: Feminino

MEDICAÇÕES/ORIENTAÇÕES:**LAUDO MÉDICO**

Paciente sofreu acidente motociclístico com TCE grave, fratura de clavícula direita e pneumotórax em dezembro de 2016, com necessidade internamento na UTI do Hospital do Trauma. Foi transferida para este serviço em 20/12/16, evoluindo com infecção urinária e infecção respiratória associada a ventilação mecânica. Realizou antibioticoterapia e traqueostomia, com posterior decanulação. Recebeu alta em 07 de janeiro de 2017, deambulando e com linguagem preservada. Ao exame encontra-se com EGBom, consciente, orientada, porém algo infatigada, ansiosa (principalmente em ambientes fechados), eupneica em ar ambiente, linguagem preservada, discreta lentificação cognitiva, força grau IV+, reflexos exaltados, coordenação normal.

RNM CRÂNIO(20/02/17): redução da coleção subdural crônica frontal à direita em relação ao exame anterior. Presença de raros focos de hipersinal em T2 e FLAIR, localizados na substância branca cerebral com predomínio subcortical, sem efeito expansivo e não associados à difusão restrita, de características inespecíficas. Foco de marcado hipossinal na sequência SWI localizado em situação subcortical no giro pré-central direito, devendo corresponder a foco de calcificação ou produto de degradação da hemoglobina.

RNM CERVICAL(20/02/17): normal.

Paciente fez acompanhamento com fisioterapia e fonoaudióloga, com melhora importante das limitações. Encontra-se em acompanhamento psicológico devido transtorno do estresse pós-traumático.

Paciente deve manter-se afastada das suas atividades laboriais por 2 meses.

CID: I60.9, T07, J93.9, S42.0, A41.8

João Pessoa, 10 de Novembro de 2017

Dra. Tatheane C. de Vasconcelos
CRM-PE 9040
CNS 7005055-1

Assinatura e Carimbo



RECEITUÁRIO SIMPLES**DADOS DO EMITENTE****HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS NEVES**

MÉDICO: JULIANA MAGALHAES LEITE - CRM: Nº.7857

DADOS DO PACIENTE

NOME: TATIANA BARBOSA DA SILVA

IDADE: 31 Anos 4 Meses 7 Dias

SEXO: Feminino

MEDICAÇÕES/ORIENTAÇÕES:**RELATORIO MÉDICO**

PACIENTE ACIMA, INTERNADA NESTE SERVIÇO DESDE O DIA 20/12/16, SENDO TRANSFERIDA DO HOSPITAL DE TRAUMA, DEVIDO ACIDENTE DE MOTO, APRESENTOU TCE GRAVE COM HEMATOMA SUBDURAL, SENDO NECESSARIO TQT E VENTILAÇÃO MECANICA, PERMANECEU INTERNADA EM UTI, APRESENTOU ALGUMAS INFECÇÕES DURANTE INTERNAMENTO TRATADAS, EVOLUINDO COM MELHORA CLÍNICA, NO MOMENTO APRESENTA-SE COM DIFICULDADE DE DEAMBULAÇÃO, AINDA DEAMBULANDO COM APOIO, FRAQUEZA MUSCULAR GENERALIZADA, DEVIDO POLIMIONEUROPATIA DO DOENTE CRITICO, EM FASE DE REABILITAÇÃO, FAZENDO FISIOTERAPIA MOTORA. APRESENTA AINDA DISFONIA E NECESSITA DA ACOMPANHAMENTO COM FONOAUDIOLOGIA PARA REABILITAÇÃO. LOGO, VENHO POR MEIO DESTES, SOLICITAR ACOMPANHAMENTO FISIOTERÁPICO E FONOAUDIOLÓGICO EM DOMICÍLIO, JÁ QUE A MESMA APRESENTA DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO.

João Pessoa, 06 de Janeiro de 2017

Cr. Juliana Magalhães
Nº 7857
CRM-PA 7857

Assinatura e Carimbo





LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	Tatiana Barbosa da Silva
DATA DE NASCIMENTO	30/08/85
NOME DA MÃE	Maria Lucia da Silva

DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º	99045
BOLETIM DE ENTRADA N.º	965655
DATA DO ATENDIMENTO	05/12/16
HORA DO ATENDIMENTO	19:08
MOTIVO DO ATENDIMENTO	Acidente de moto
DIAGNÓSTICO (S)	Politraumatismo
CID 10	T06.8

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, vítima de acidente de moto, grave, sob ventilação mecânica, sedado, apresentam trauma craniano, ferimentos em face, trauma torácico, ferimento em pavilhão auricular direito, pupilas mióticas. Avaliado pela Cirurgia Geral, Neurocirurgia, Cirurgia Plástica e internado para tratamento cirúrgico.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX tórax

TC de crânio

RESULTADOS DOS EXAMES:

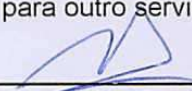
RX: hemopneumotórax D, fratura de clavícula D.

TC: HSA temporal D.

TRATAMENTO:

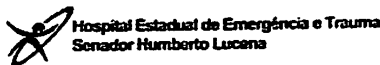
Toracostomia direita com drenagem fechada, limpeza cirúrgica + imobilização hemi J em fratura da clavícula, correção cirúrgica de diversos ferimentos em face (realizado em 05/12/16). Traqueostomia (realizado em 19/12/16)

ALTA HOSPITALAR:	Transferido por solicitação da família para outro serviço (HNSN)
DATA DA EMISSÃO:	21/03/17


Dr. Juan Jaime Alcoba Arce
CRM: 3323/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





ACOLHIMENTO, sn -- CNES: 123312 - Tel.:

Boletim de Atendimento: 965655



Identificação do paciente				
ID 1113288	Nome TATIANA BARBOSA DA SILVA			Sexo Feminino
Data de nascimento 30/08/1985	Idade 31 anos 3 meses 5 dias	Estado civil CASADO(A)	Religião NAO INFORMADA	Prontuário
Mãe MARIA LUCIA BARBOSA	Pai MARCOS ANTONIO BARBOSA DA SILVA			
Escolaridade FUNDAMENTAL COMPLETO	Responsável (Parentesco) PAULO DA SILVA PEREIRA - ESPOSO(A)			
DDD Móvel 83	Fone Móvel 991787277	DDD Fixo		Fone Fixo
Tipo documento NAO INFORMADO	Número documento	Nº Cns 702701853459180		
Local de procedência JACUMA - FRAIA	Tipo BAIRRO		UF PB	
Email	Naturalidade JOAO PESSOA	CBOR		
Endereço				
CEP 58322000	Município de residência CONDE	UF PB	Logradouro PROJETADA	
Número SN	Complemento	Bairro CENTRO		
Admissão				
Data e Hora 05/12/2016 19:08:35	Número da pulseira 1000004689569	Convênio SUS		
Especialidade CLINICA GERAL	Clínica CLINICA TRAUMA E GERAL			
Classificação de risco	Origem do paciente RUA			
Caráter de atendimento URGÊNCIA	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente VEICULO X MOTO		
Indicadores e Transporte				
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Sim	Trauma Sim	
Meio de transporte SAMU	Quem transportou			
Sinais Vitais				
PA X mmHg	Pulso	Temperatura		
Exames complementares				
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor []
ECG [] TOXICOLOGIA []				
Dados clínicos				
TIPO ...				
DATA ... 03/12				
HORA ...				
NOME TÊC. RAD. ...				
ASS. ...				
CD				
Atendido por MAYARA ANA LACERDA				
Tempo 02min 48seg				

Imprimir

09/12/16
10:30
Wellington M. P. de Albuquerque
Téc. em Radiologia
CRR 006017

05/12/2016 19:19



Paciente: 3932 - TATIANA BARBOSA DA SILVA

Idade: 31 Anos 4 Meses 2 Dias

Data de Nascimento: 30/08/1985

Prestador Assistente: BRUNA NADIELY VICTOR DA SILVA

Conselho / Número Cons.: CRM 7140

Função: MEDICO(A)

RELATÓRIO DE EVOLUÇÃO

EVOLUÇÃO

INTRODUÇÃO:

PACIENTE SOFREU QUEDA DE MOTO COM TCE GRAVE, POLITRAUMATIZADA, FOI TRAQUEOSTOMIZADA E ADQUIRIU PNEUMONIA ASSOCIADA À VENTILAÇÃO (TRATADA), PNEUMOTÓRAX DRENADO E FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA APRESENTA DIMINUIÇÃO NA PRODUÇÃO DE SECREÇÃO ATRAVÉS DA TRAQUEO., RESPIRAÇÃO CONFORTÁVEL.

EVIDÊNCIAS:

CULTURAS (20/12): URINA, SECREÇÃO NASAL E SWAB RETAL: ACINETO COM SENSIBILIDADE INTERMEDIÁRIA A UNASYN

AValiação DA PRESCRIÇÃO:

REALIZAR AJUSTE DE APRAZAMENTO PARA HOJE DA GENTAMICINA E DO OMEPRAZOL PARA AMANHÃ Cedo;

CONDUTA:

- ACOMPANHAR FARMACOTERAPIA
- ACOMPANHAR EXAMES LABORATORIAIS

Este registro foi assinado digitalmente de acordo com a ICP-Brasil, MP-2.200-2/2001, Resolução CFM 1.091/2007, Resolução CFTO 01/2002, tendo sido gerado em um sistema certificado no processo de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde (SRECS) da Sociedade Brasileira de Informática em Saúde (SBIS) sob NP 034. JADSON GOMES DANTAS:01140533401, AC VALIO RFB, 01140533401.

NOTA: TODAS AS INFORMAÇÕES DE DATA E HORA NESTE RELATÓRIO ESTÃO NO MESMO FUSO HORÁRIO (BRT)





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA - SAME



CNPJ 08.806.754/0015-40
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA
Av. Diógenes Chianca, 1777
Água Fria - CEP 58053-900
João Pessoa - PB

DECLARAÇÃO

O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 701/005, **DECLARA** para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 1524921, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente **TATIANA BARBOSA DA SILVA** idade 31 anos, vítima de **Acidente de Trânsito (Colisão carro x moto)** no dia 05/12/2016, na PB-018, Bairro: Gurugi - Conde-PB - aproximadamente às 17:00 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

João Pessoa, 09 de Janeiro de 2017.

Jefferson da Rocha Augusto
Estatístico
CRE/5ª Região: 10171

Jefferson da Rocha Augusto
Matrícula: 67.155-6
Coordenação do SAME
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA

Rua: Diógenes Chianca, 1777 – Água Fria – CEP: 58053-900 – João Pessoa – PB
Fone SAME: (83) 3218.9242; 3218.9125



CERTIDÃO

Certifico a quem interessar possa, a pedido de pessoa interessada, que revendo o livro tombo de Inquérito policial n.º 02/2016 desta delegacia, TRAMITA NESTA UNIDADE POLICIAL o INQUÉRITO POLICIAL n.º 181/2016, para apurar as circunstâncias em que ocorreu um acidente de Trânsito com vítima de lesão corporal de natureza grave, no dia 05/12/2016, por volta das 17h00min horas, na PB 018, trecho Sítio Gurugi, nesta Cidade de Conde - PB, onde o homem conhecido por RICARDO pilotava a moto de marca Honda, Fan, cor preta, Placa OFD 4960PB, com a pessoa de TATIANA BARBOSA DA SILVA, na garupa, momento em que o condutor da referida moto, veio a colidir com o veículo VW Amorok, Placa QFK 9949/PB; Que em decorrência da colisão a pessoa de TATIANA BARBOSA DA SILVA, recebeu uma forte pancada na cabeça, tendo sido socorrida para o Hospital de Trauma Senador Humberto Lucena, onde recebeu tratamento médico, conforme Laudo Médico, Prontuário 99045, Boletim de Atendimento 965655, e foi constatado Politraumatismo, CID 10 T06.8, devidamente assinado pelo Dr. Juan Jaime Alcoba Arce, CRM 3323/PB. O referido é verdade. Dou fé.

Conde, 04 de maio de 2017.

Emanuel Sérgio de Souza
Escrivão de Polícia
Matrícula 88.090-6



**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87PARA CONTATO COM A CAGEPA,
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

68837518

REFERENCIA

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA / ESGOTO E SERVIÇOS

SET/2017

AGOSTINHO MIRANDA MENDES
RUA JORN ALIRIO VANDERLEY 183 B

TREZE DE MAIO

58025-090

JOAO PESSOA

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Pública	
001.60.080.1265	0	1	0	0	0	615471
Hidrômetro Y11X191184	Data de Instalação 05/03/2012	Localização 2		Situação Água LIGADO	Situação Esgoto FACTIVEL	

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m³)	NUM. DE DIAS	PROXIMA LEITURA
439	443	4	30	05/10/2017
HIST. DE CONS./ANOR. LEIT. QUALID. DA ÁGUA-DECRETO 2.914/2011-MS.				
MAR/2017	4	0	PARAMETROS EXIG.	ANALIS. CONFORMES
ABR/2017	3	42	TURBIDEZ	294 300 298
MAI/2017	1	0	COR	77 101 101
JUN/2017	3	42	CLORO	294 300 299
JUL/2017	3	42	COL.TERMOT	0 0 0
AGO/2017	4	0	COL.TOTAIS	294 300 300
MEDIA(M)	3		DADOS REFERENTES A: JUL/2017	

DATA DA LEITURA: 06/09/2017	HORA DA LEITURA: 10:19:41
DESCRICAO	CONSUMO VL AGUA VL ESGOTO TOTAL(R\$)
RESIDENCIAL CONSUMO ATE 10m	10 36,84 29,47 R\$66,31

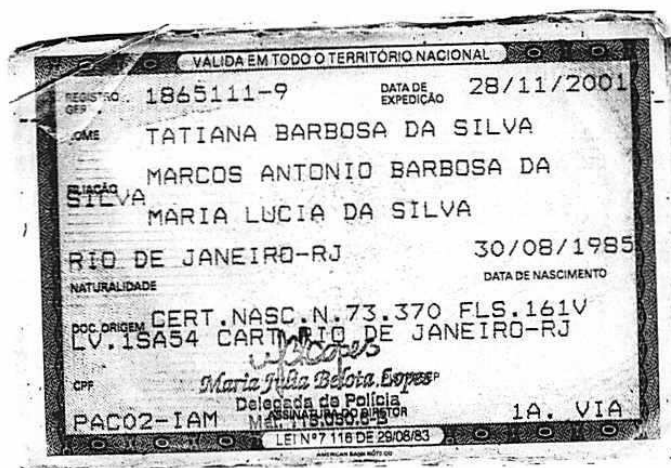
VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS. R\$6.13 PIS E COFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO:	Total a Pagar:
19/09/2017	R\$66,31

v.16.12 R. 1.0

CONDICAO DE LEITURA: REALIZADA
CONDICAO DO FATURAMENTO: REAL TIPO DE TARIFA: NORMAL
POSICAO DE DEB. ANTERIOR(ES)
NAO EXISTE(M) CONTA(S) ANTER. EM DEBITO.
INFORMACOES GERAIS:
ACOMPANHE COMO ESTA SENDO APLICADO SEU DINHEIRO
WWW.TRANSPARENCIA.PB.GOV.BR





1º Trauma
2º Necessários

Duarte e Silva Advogados Associados

Av. Maria Rosa 58, Manaira, João Pessoa/PB
(83) 35128500. (83) 987326361. (83) 986602858.

imlêmo - 3 dolores
motivo: moto x carro
trauma - Chave de mão cruzada
trauma colheita
data - 05-12-16

PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME Tatiana Barbosa da Silva TELEFONE 96968044

ESTADO CIVIL casada PROFISSÃO garçonete

CPF 794.959.272-04 RG 1865111-9 ENDEREÇO

Edifício = Plaza de Mayo

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578**, e **ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438** com escritório profissional sito à Avenida João Machado 399, sala 01, Centro, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa, 17 de maio de 2017

(OUTORGANTE) Tatiana Barbosa da Silva



DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
___ VARA CÍVEL DA CAPITAL/PB.

JUSTIÇA GRATUITA

TATIANA BARBOSA DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no RG sob o nº 1865111 SSDS/PB e CPF de n.º 794.959.232-04, residente e domiciliada a Rua Jorn Alirio Vanderley, nº 183 B, Treze de Maio, João Pessoa/PB, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 4, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-203, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante.



Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

1) PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA

A promovente não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Não obstante a promovente estar sendo representada em juízo por advogados particulares, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido. Nesse sentido, brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.

2) DOS FATOS

A promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido em **05/12/2016**, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, a autora sofreu inúmeras lesões que a deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que o Autor carrega consigo, devido ao acidente de trânsito, várias patologias distintas tanto de ordem psiquiátrica quanto de ordem física. Tatiana Barbosa da Silva sofreu severo traumatismo craniano e também fraturou sua clavícula, causando intensas debilidades funcionais nos membros superiores e sequelas neurológicas como o transtorno psiquiátrico pós traumático de claustrofobia que vem se acentuando com o decorrer do tempo, resultando em diversas dificuldades na ordem da organização do raciocínio, do desenvolvimento da linguagem, transtorno de humor, ansiedade e concomitante infantilização comportamental, observou-se também uma discreta lentificação cognitiva, que resulta na exaltação dos reflexos, estando a parte autora efetivamente incapaz de desenvolver atividades intelectuais de maneira organizada e profissional, principalmente em ambientes fechados como os que ela costumava trabalhar, o que a torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de



Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

R\$ 13.500,00, pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

A demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG a quantia de R\$ 6.412,50 em 20/02/2018, conforme documentação acostada.

Contudo, o valor realmente devido à autora corresponde a uma quantia bem maior do que a que recebera, pois a Lei que regulamenta o pagamento do seguro advindo de acidente automobilístico ordena as seguradoras que efetuem o pagamento na quantia de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Desse modo, facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora à promovente foi feito em um valor bem menor do que era para ser devidamente pago, conforme ficará provado.

3) DO DIREITO

3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT.**

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para



Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados". (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa

Merece rejeição a preliminar de ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim. Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esaurimento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial.

3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL

No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico ESPECIALISTA, da confiança deste juízo, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de



fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.(grifo nosso)

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.



É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vítima:
- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

4) DA POSTULAÇÃO

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

a) ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;

b) ao final, JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar **a diferença devida ao promovente** equivalente ao valor determinado pela perícia médica corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ;

c) **a designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015, já com perito judicial, com intuito de realização de PERÍCIA MÉDICA ESPECIALIZADA** conforme convênio firmado entre o TJPB



DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;

d) a concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com as despesa e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;

e) ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte), sobre o valor da causa, em caso de recurso;

f) por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.

Protesta a AUTORA, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 7.087,50.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 19 de março de 2018.

JOSÉ EDUARDO DA SILVA
OAB/PB 12.578

ALEXANDRA CESAR DUARTE
OAB/PB 14.438

MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA
OAB/PB 17.295



DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

**THIAGO YURI DE SOUSA PESSOA
ESTAGIÁRIO**

QUESITOS

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente acometido?
- 6) A lesão sofrida pelo autor afetou a função do membro?

ANEXO

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	



DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



Nº do Processo: 0820830-44.2018.8.15.2001
 Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM (7)
 Assuntos: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
 AUTOR: TATIANA BARBOSA DA SILVA
 RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A